



O QUE PENSAM OS LÍDERES DE IGREJA ASSEMBLEIANAS SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ATIVIDADES RELIGIOSAS NO AMAZONAS

What do Assembly of God church leaders think about the inclusion of environmental education in religious activities in Amazonas?

Sanara Macedo Sousa*
Universidade Federal do Amazonas

Maria Ines Gasparetto Higuchi**
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
DOI: [10.29327/256659.17.1-12](https://doi.org/10.29327/256659.17.1-12)

RESUMO

Esse texto busca problematizar a percepção dos líderes da igreja assembleianas de Manaus-Am, a respeito das questões ambientais e a sua inserção nas atividades religiosas. Foram entrevistados 29 líderes eclesiais (16 mulheres e 13 homens) de diversas comunidades em diferentes grupos de evangelização em Manaus-AM. Os resultados apontam que 82% dos líderes consideram que a igreja deve buscar soluções para os problemas ambientais. Apesar de considerarem que as questões ambientais não sejam centrais à fé cristã, 83% deles afirmam que seria interessante ter a inserção da educação ambiental nas suas atividades religiosas. A educação ambiental, no entanto, é entendida de forma generalista e superficial, como palestras e práticas de etiquetas comportamentais. A grande maioria (93%) dos líderes demonstrou interesse em desenvolver programas de educação ambiental no âmbito das atividades congregacionais, porém expressam a necessidade de formação para essa atuação.

Palavras-chave: Religião e meio ambiente; Educação ambiental; Responsabilidade ambiental; Problema ambiental.

* Bacharel em Serviço Social, Mestranda em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo PPGCASA-UFAM. E-mail: sanaramacedo55@gmail.com.

** Doutora em Antropologia Social - Brunel University of London (1999). Atualmente é pesquisadora titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. E-mail: higuchi.mig@gmail.com

INTRODUÇÃO

Considerando a magnitude e complexidade dos temas ambientais da atualidade, o envolvimento dos mais diversos segmentos da sociedade na promoção da sustentabilidade ambiental passa a ser uma agenda emergente e urgente. Chegamos a esse impasse, devido a histórica relação insustentável dos seres humanos para como o ambiente. Tal postura traz consigo graves consequências e problemas ambientais, indicando uma necessidade urgente de desenvolvimento da consciência ambiental para a sustentabilidade ambiental (Helene; Bicudo, 1994; Boff, 2009).

Nas sociedades contemporâneas em que as mudanças acontecem num ritmo muito rápido, é fundamental a ação participativa de governos, empresas e sociedade civil para a busca da sustentabilidade ambiental. Não basta apenas atividades pontuais, mas um processo de reflexão e ética para adoção de comportamentos pró-ambientais permanentes em todos os contextos e organizações, nos mais variados âmbitos ecológicos (Henning; Silva, 2018).

Nesse sentido, a Educação Ambiental (EA) é um caminho promissor para cumprir sua função integradora e transformativa da realidade atual, cujo ethos é inexoravelmente insustentável (Boff, 2009). Segundo Lemos e Higuchi (2011), o ethos socioambiental pode ser denominado como um fenômeno psicossocial onde a responsabilidade e o compromisso ambiental são centrais nas atitudes e condutas das pessoas sobre o meio ambiente físico e social. A EA é um meio de promover a atuação responsável e sustentável na relação das pessoas consigo mesmas, destas com os demais e com todas as formas de vida e elementos inertes do nosso entorno.

A EA requer em sua base um caráter transdisciplinar, socio crítico e transformador da realidade consumista em que estamos engajados. Reigota (2012) aborda que o entendimento de EA não deve se restringir apenas à preservação dos recursos naturais, mas também inserir uma leitura crítica que possa despertar uma preocupação com os diversos problemas políticos e sociais. Na rede de conceitos da EA estão inseridos significados, aprendizados social, diálogos, interação, recriação e reinterpretação de informações (Jacobi, 2003). Dessa forma, há que se ter uma visão de ambiente integradora o bastante para incluir elementos materiais, biofísicos e socioculturais, os quais estão inseridos numa dinâmica interdependente desde sua existência até sua transformação e coevolução (Ingold, 2012).

Inerente a este conceito está a ética ambiental, que atravessa nossa condição humana, uma vez que a cidadania, individual e coletiva, no presente e no futuro, é o alvo a ser perseguido na transformação e construção de comunidades socioambientalmente justas e sustentáveis. Embora o termo ambiental designe uma relação com os eventos, coisas e seres do entorno, este considera aspectos pessoais relativos à ética, identidade e solidariedade humanas, temas próprios da espiritualidade presente nas religiões. Por isso, a EA se constitui em um instrumento essencial no processo de alteração de valores, atitudes e comportamentos para a efetiva atuação responsável e compromissada na relação com todos os elementos constituintes do ambiente que estamos engajados.

Essa comunhão de compromisso e valorização de todas as formas de vida não tem sido óbvia nem fácil. Vários caminhos foram sendo abertos no Brasil e apresentam sinais de transformação, muito embora ainda longe do necessário (Carvalho; Frizzo, 2016). Na Amazônia essa dificuldade fica mais evidente (Andrade, 2023). É notório a crítica a muitos programas que se autodenominam de EA, mas que não chegam a sê-lo em sua essência, uma vez que falham em alguns dos princípios do processo educativo, não contemplando a meta proposta cujos efeitos são efêmeros e superficiais (Reis; Higuchi, 2022). No entanto, o esforço político para uma EA contextualizada, transformadora e crítica se destaca em muitos contextos Brasil afora. Tais iniciativas, entretanto, têm ocorrido com maior frequência no âmbito das instituições de ensino públicas, na região sul e sudeste (Cararo et al., 2022), e organizações ambientalistas (Lamim-Guedes, 2020).

Na proposta ousada e inovadora das Nações Unidas (UN, 2018), a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a EA toma uma visibilidade mais abrangente que deve estar presente em todos os segmentos da sociedade. A EA é reafirmada como um instrumento fundamental e transversal a vários dos 17 objetivos, os quais são dependentes entre si. Esses objetivos estão inseridos nos mais distintos segmentos sociais, os quais são conclamados a promover ações responsáveis na relação com o ambiente.

Nessa profusão de segmentos institucionais que uma pessoa está engajada, o religioso ainda é tímido ao assumir tal empreitada. Nas mais diversas denominações religiosas, a fé une as pessoas em torno de seus dogmas e atributos, e o meio ambiente em algum momento adentra direta ou indiretamente a agenda da espiritualidade nos ritos eclesiais (Almeida, 2013). Algumas religiões, no entanto, se destacam nessa agenda, onde as questões ambientais

adentram como parte de toda a espiritualidade professada (Silva, 2013) Noutras religiões, a espiritualidade presente não se comunica com outros domínios existenciais que o ser humano está engajado, no caso o meio ambiente (Freitas, 2019). De modo geral, em função da crise ambiental que enfrentamos atualmente, há um movimento gradual de maior engajamento nas questões relativas à sustentabilidade ambiental nas mais diversas denominações religiosas, que por um bom tempo mantiveram-se distantes desse tema (Maçaneiro, 2023).

O seminal apelo à responsabilidade ambiental das religiões feito por Hans Küng (2001) para que as Nações Unidas (ONU), desse maior destaque à ética teológica assinalando uma interface religiosa com a responsabilidade ambiental, acabou sendo ouvido e integrada aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) propostos em 2015. Tal sinalização direta da ONU, que de forma inédita, se ocupou em abrir espaço para os grupos religiosos solicitando maior compromisso e responsabilidade para a proteção das florestas, teve uma abrangência mais contundente.

O primeiro passo foi dado em 2017, quando o braço responsável pelo Meio Ambiente da ONU (Organizações das Nações Unidas) lançou a iniciativa “Fé pela Terra”. Na rede construída a partir desse pleito, aproximadamente 1.500 organizações religiosas ou baseadas na fé passaram a ser chamadas para liderarem políticas e atividades de maior cuidado ao planeta. Logo a seguir foi instituído a “Iniciativa Inter-Religiosa para Florestas Tropicais”, que tinha como objetivo engajar lideranças religiosas para acabar com a destruição das florestas tropicais no mundo.

Continuando nessa linha, em 22 de setembro de 2021 a ONU lança a “Campanha Fé pelas Florestas” que faz um apelo contundente para ter pessoas de todas as religiões voltadas para um esforço conjunto para acabar com o desmatamento tropical (<https://unicrio.org.br/campanha-da-onu-meio-ambiente-visa-unir-religioes-em-prol-da-conservacao>). O peso dessa deferência vindo de um órgão como a ONU revela a importância de se adentrar nessa seara da religião e meio ambiente. A ONU acredita que esse movimento será uma grande contribuição para a Cúpula de Ação Climática, por meio de ações de mobilização, educação e ativismo de organizações religiosas, redes e locais de culto em todo o mundo em prol da proteção das florestas tropicais, bem como da justiça climática.

Nesse sentido, vemos, mesmo que tardiamente, um apelo específico para que as instituições religiosas assumam a liderança e maior responsabilidade, não apenas em relação à

mudança climática, mas a qualquer aspecto ambiental. Tal papel de responsabilidade não pode ser ignorado, diante de um dos maiores perigos que planeta enfrenta atualmente, que é o ambiental. Parte-se assim, da importância de intensificar uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas igrejas, em particular das evangélicas, cuja inserção ainda parece tímida na questão ambiental. Ao lembrarmos dos preceitos da Constituição Brasileira de 1988, a qual deixa evidente tanto o direito à liberdade de religião quanto o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, como tais rubricas se encontram no cotidiano da sociedade?

Esse questionamento embasou o estudo desenvolvido no mestrado, que aqui apresentamos um recorte da pesquisa. Parte-se do pressuposto que o cristão, dentro de sua fé, também tenha um papel relevante com relação à responsabilidade ecológica e ambiental. Essa responsabilidade legitimada como mandamentos bíblicos, mostra que ambos estão no mesmo caminho e, acima de ser um confronto com a missão plena que a Igreja desempenha na sociedade, a questão ambiental deve estar inserido na prática da fé como um aspecto que fortalece a própria consciência religiosa.

Seguindo nesse argumento, esse texto se ocupa com as percepções dos líderes das igrejas evangélicas de Manaus-AM, sobre a inserção da EA em suas atividades eclesiais. Para isso, este estudo se ancora na perspectiva das percepções ambientais (PA) como condição para compreensão em particular de cada pessoa sobre as questões ambientais, incluindo o papel de cada um e de todos na produção dos problemas e busca de soluções sobre a maneira de agir em relação ao espaço que nos cerca. Os estudos sobre PA são importantes não somente para analisar o entendimento das pessoas a respeito de um dado ambiente, mas também vislumbrar o tipo de relações e responsabilidades ao ambiente em que estão inseridas (Kühnen; Higuchi, 2011). O processo sistêmico da inter-relação pessoa-ambiente envolve não apenas o ambiente físico, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos.

Este estudo procurou assim, investigar as PA de lideranças assembleianas da IEADAM¹ (Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas) sediadas em Manaus-AM, acerca dos problemas ambientais atuais e a possibilidade de inserir processos de educação ambiental nas

¹ A igreja AD, com visão local e global, uma sociedade civil sem fins lucrativos, com jurisdição em todo o território amazonense com sede e funcionamento na cidade de Manaus. Sua função é administrar vários templos espalhados por todo vasto Estado do Amazonas, oferecendo amparo espiritual, social e administrativo contando atualmente com 62 áreas de coordenação eclesial. Em Manaus a AD possui 1.071 campos missionários e mais de 3.000 templos.

diversas atividades próprias da igreja que estão sob sua responsabilidade. Tal pesquisa se justifica necessária para a sensibilização, melhoria da orientação, aconselhamentos e doutrinas eclesiais dentro das congregações, de modo a contemplar o mundo que nos foi dado e pelo qual temos o compromisso de cuidar e proteger. Mesmo sendo campos diferenciados, espiritualidade e ambiente são partes de um mesmo mundo para os humanos, uma vez que há uma ligação vital e hermenêutica da humanidade com a Terra (Maçaneiro, 2011).

No campo das religiões, o meio ambiente não é o foco principal na maioria delas, salvo em algumas religiões de raiz africana (Barbosa Júnior, 2008) e mais recentemente em algumas religiões cristãs. A Igreja Católica Apostólica Romana, que tem como marca fundamental o Concílio Vaticano II, se vale do preceito de que ao considerar o Criador que fez a Terra, este que a humanidade nela habita para cuidar e preservar (Tepedino, 2002). A partir daí é que se entende que a dimensão ecológica da fé deve ser inserida como uma dimensão da eclesiologia de comunhão, preceito adotado pelo catolicismo. O Papa Francisco (2015) na encíclica *Laudato-Si*, vai mais adiante e convoca a sociedade, os governos, a academia e religiões do mundo para o cuidado da Casa Comum, a Terra. afirma que toda comunidade baseada na eclesiologia de comunhão, deve aprender a respeitar “as leis da natureza e os minuciosos equilíbrios entre seres deste universo”. A atitude basilar contida na encíclica é o cuidado dos outros e do meio ambiente. Vendo por essa perspectiva, a simetria entre o ser humano e a criação é uma condição para vivência concreta da eclesiologia cristã.

Em tais argumentos, a espiritualidade só pode ser plenamente exercida se incluir o respeito ao meio ambiente. As escrituras bíblicas, portanto, além da orientação dos dogmas de fé, podem ser usadas como bússola para preservação com a mediação de líderes religiosos, estudiosos das escrituras e ministradores de cultos. Desse modo, urge a necessidade de usar esses saberes com mais racionalidade nas questões socioambientais. Isso se fundamenta no fato de que a religião desempenha um papel importante, um poder de influência sobre seus membros, facilitando a consolidação de valores e culturas das comunidades que se insere em sua responsabilidade pastoral (Castilho 2006). Portanto, o estímulo ao cuidado e preservação ambiental seria um fator religioso.

Tal responsabilidade é corroborada pelo Código Civil de 2002, que determina às Organizações Religiosas exercerem atividades que viabilizam o alcance de forma significativa, edificando a divulgação, promoção e consolidação social no acréscimo da fé, desta forma

colaborando para a diminuição de sérios problemas existentes em nosso país (Brasil, 2002). Nesse sentido os problemas ambientais são aspectos a serem mitigados.

As igrejas Assembleias de Deus, apesar de possuírem uma vasta agenda de programação que envolve várias comunidades de faixas etárias diferenciadas, pouco se sabe se as questões ambientais são parte dessa agenda eclesial. Nesse sentido, neste estudo procuramos investigar as percepções dos líderes religiosos dessa congregação sobre os problemas ambientais, bem como identificar o que pensam os líderes sobre a inserção da EA nos ritos religiosos e buscar evidências de estímulo efetivo de inserção da EA nas atividades e cultos da comunidade religiosa.

MÉTODO E TÉCNICAS

A pesquisa de caráter qualitativa, se configura como exploratória e descritiva (Gil, 2002). Para tanto fez-se uso da entrevista semiestruturada cujo roteiro continha questões abertas sobre o tema da religião-meio ambiente; responsabilidade socioambiental; percepções de problemas ambientais; inserção da EA nos ritos religiosos e ações pró-ambientais; questões sobre o perfil sociodemográfico (sexo, idade, renda, escolaridade, dentre outros). Como já mencionado, neste texto trataremos apenas um recorte focando nas percepções a respeito dos problemas ambientais e sobre a inserção da EA nas atividades religiosas.

Participaram 29 (vinte e nove) líderes religiosos que atuavam com grupos de diversas atividades, em suas comunidades eclesiais, selecionados por conveniência e acessibilidade (Lakatos; Marconi, 2001; Vergara, 2006). O critério de seleção foi ser líder da IEADAM com no mínimo 12 meses de exercício junto à igreja, maior de 18 anos de idade, sem restrição de gênero e etnia ou outra condição social. Não foram incluídos como possíveis participantes, os líderes com alguma comorbidade de saúde ou que estivessem doentes, tendo em vista os cuidados necessários de proteção contra a propagação do vírus da COVID-19. A entrevista foi realizada nas dependências da igreja e teve duração média de quinze minutos.

Após a transcrição da entrevista e inclusão dos dados numa planilha do Excel os dados referentes às perguntas fechadas tiveram um tratamento estatístico descritivo, enquanto as perguntas abertas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo Temática (ACT), que segundo Bardin (2011) é um agrupamento de técnicas de investigação das comunicações. Essa

técnica de análise não se refere somente a um instrumento, mas de uma bagagem bem ampla das comunicações. A ACT aborda três bases fundamentais nesse processo de utilização que são a pré análise; exploração do material; inferência e interpretação para o tratamento do resultado e categorização.

O estudo seguiu as Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo Seres Humanos estabelecidas pelo Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CONEP). O projeto foi enviado ao CEP-CAAE: 68557423.6.0000.5020 e aprovado sob parecer 6.062.285.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre Problemas ambientais

Considera-se que os problemas ambientais são em grande parte produzidos pelas pessoas. Atualmente as ameaças mais significativas, como a destruição das florestas, a exploração ilegal de recursos naturais e a mudança climática têm impactado diretamente a biodiversidade natural e toda a sociedade (Case, 2006). Alguns autores afirmam que a crise não é apenas ambiental, mas civilizatória (Lamim-Guedes, 2011). Chegamos nesta “encruzilhada” devido a conduta humana, seja nos modos de pensar ou agir das pessoas na sua relação com o ambiente. A forma das pessoas perceberem sua responsabilidade diante desses fatos é bastante diferenciada devido vários filtros pessoais e culturais.

De acordo com Assis, Sotero e Pelizzoni (2013), a realidade é percebida tanto pelas sensações (sentidos do corpo), motivações (interesses e necessidades), cognição (memória e imagens introjetadas), julgamentos (valores, expectativas morais e avaliação) e práticas (experiências comportamentais). Todos esses aspectos são de ordem pessoal e cultural que a pessoa vai construindo ao longo do tempo.

Andrade (2023) traz a associação das questões sociais com as ambientais, destacando a habilidade de criar e ao mesmo tempo de destruir. Convenções mundiais sobre a crise ambiental destacam que as responsabilidades socioambientais são distintas, mas complementares de cada setor da sociedade. Isto é, ao cidadão cabe uma parte importante, e às instituições e demais rubricas sociais outras partes. Juntas complementam um cenário que possibilita um agir sustentável.

Para os participantes deste estudo, que são invariavelmente pessoas que estão comprometidas com um pensar religioso, os entendimentos sobre os problemas ambientais deram origem a três categorias: a) má conduta humana; b) impactos no ecossistema; c) impactos socioambientais.

a) Impactos no ecossistema: configura-se no entendimento dos problemas ambientais como consequências observadas e sentidas no ecossistema. Verificou-se que 48% dos líderes entendem que os problemas ambientais são eventos danosos observados no ecossistema natural, tais como:

“[...] Tudo aquilo que afeta o ecossistema na sua forma natural. (Masc. 29 anos).

“[...]aumento da temperatura, aquecimento global, queimadas.” (Masc. 60 anos).

Nesta categoria perceptiva os líderes mostram que os problemas ambientais se configuram como um desequilíbrio do ecossistema natural. Nas narrativas não está incluso a origem, mas apenas as consequências. Lima e Rutkowaski (2009) fornecem uma boa ideia da condição atual dos problemas ambientais, sendo como desequilíbrios ecológicos, alteração na camada de ozônio, fome e miséria, mudança climática, perda de produtividade agrícola, intensificação do efeito estufa, contaminação de aquíferos, isso fazendo com que seja elaborado um quadro de insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento. Nesse entendimento dos líderes, não está presente os problemas que envolvem sistemas materiais, como a produção de espaços que tornam a vida das pessoas insustentáveis e infelizes nas cidades (Fischer, 1994).

b) Má conduta humana: Observou-se que 45% dos líderes possuem um entendimento de que os problemas ambientais são situações advindas da má conduta humana. Em outras palavras, os problemas ambientais são caracterizados como resultado do comportamento e atitudes das pessoas, seja pela característica individual (ganância, egoísmo etc.), falta de educação familiar ou escolarização, ou até mesmo a omissão dos gestores públicos. As narrativas mostram como as pessoas manifestam esse conteúdo latente.

“[...] Falta de cuidado do homem. Falta de disciplina, cuidado, falta conhecer mais sobre esse assunto, consumo de água, limpeza, pureza do ar. Ao homem, ser humano.” (Masc. 44 anos)

“[...] Bom, são consequência da ação ou não ação do homem no meio ambiente.”
(Masc. 45 anos).

Murad (2016) defende que os atores sociais têm uma consciência subjacente e que a atividade humana, mesmo de maneira não intencional, pode causar problemas ambientais de forma irreversível. Para o autor essas atividades exercidas individualmente por cada habitante do planeta acabam causando problemas mundiais, seja os referentes à mudança climática ou a depleção da camada de ozônio da atmosfera. É essa soma coletiva de todos os comportamentos diretos e indiretos que deve estar na equação ambiental. Observa-se, portanto, que os problemas ambientais têm sua origem no estilo de vida da maioria das pessoas na Terra, e que nem sempre têm uma causa inerentemente intencionais na produção do problema, mas que são impactos de nossas atividades.

Para esse grupo de líderes o problema ambiental é evocado de forma genérica sem se referir a práticas específicas. Apenas identifica sua origem que se dá no aspecto da conduta negativa. Piaget (2013) afirma que qualquer conduta, ou um ato exercido externamente, ou de maneira interior no pensamento, manifesta-se como uma adaptação ou, uma readaptação. Uma conduta sendo analisada de forma particular de intercâmbio entre o mundo exterior e o sujeito e infere dois aspectos primordiais e independentes: um afetivo e outro cognitivo.

c) Impactos socioambientais: Entre os líderes, 7% consideraram os problemas ambientais como eventos que acarretam desequilíbrio no ecossistema provocados pela ação humana. Em outras palavras, os problemas ambientais são eventos nocivos causados por humanos. O entendimento presente nas evocações, não apenas identifica o que realmente são esses problemas, mas também quem os causou, que são as pessoas.

“[...] poluição e alto consumo de energia.” (Masc. 44).

“[...] poluição, queimadas, falta de conscientização.” (Fem. 18)

Observa-se, portanto, que para estes líderes religiosos, ora o problema ambiental é entendido como causa e ora como consequência. Para uma pequena parcela os dois aspectos estão associados na produção de impactos que desestabilizam um suposto equilíbrio. Há consenso, no entanto, de que a grande maioria dos problemas tem origem humana. Ao considerarem os problemas ambientais mais graves, os líderes consideraram a poluição, o lixo,

o aquecimento global, os desmatamentos e queimadas, a extinção de espécies, a falta de saneamento e a falta de preservação da natureza.

SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Observou-se que a maioria (52%) dos líderes afirmam ter conhecimento sobre Educação Ambiental (EA), já 48% admitem não ter conhecimento. Entre os que dizem saber o que seja EA, ficou evidente dois tipos de entendimento: a) ensino indiferenciado (14%); b) ensino específico (34%).

a) Ensino Indiferenciado: se refere à EA de forma genérica como uma atividade educativa, ora para todos, ora para alguns, sem necessariamente dizer do que se trata, como se pode observar nas falas a seguir:

“[...] ela deveria ser aplicada para todos, adultos, crianças”. (Masc. 44 anos).

“Ensinando a ser educado.” (Fem. 45 anos).

b) Ensino Específico: se refere à EA de forma ainda superficial, mas adjetiva o contexto para o ambiente, que procura levar o conhecimento sobre o mundo natural e cuidado na relação com o entorno, como se observa a seguir:

“Ensino sobre plantas.” (Fem..45 anos).

“Educação sobre o meio ambiente...” (Fem. 21 anos).

Constata-se, com base nos dados, que os líderes evangélicos possuem um baixo entendimento do que seja EA, considerando que mesmo entre os que admitem saber do que se trata, ainda apresentam respostas muito evasivas e que não definem o que seja EA, mesmo ao se referir sobre as práticas diárias. Layargues (2000), há algum tempo afirmou que pessoas advindas de segmentos vulneráveis teriam pouca informação sobre EA, no entanto, decorridos mais de duas décadas da proposição da EA, constata-se que a maioria desses líderes, os quais não estão inserido nesta classificação, não mostra entendimento real do que seja a EA. Mesmo tendo essa limitação de entendimento, estariam os líderes considerando a inserção da EA em seus fazeres litúrgicos?

Sobre a inserção da Educação ambiental no processo litúrgico religioso

A necessidade de cuidados com o meio ambiente tem sido divulgada mundialmente, para a conscientização em todos os segmentos da sociedade incluindo o meio religioso. Tal inserção possibilitará maior sensibilização para propor mudanças de atitudes, comportamentos pró-ambientais (Murad 2016).

Mas como os líderes percebem a inserção da EA no processo litúrgico religioso? Entre os 29 líderes entrevistados, a maioria (83%) responderam que a EA pode ser um conteúdo a ser abordado no processo litúrgico. Para estes líderes, a EA seria vantajosa para a congregação. No entanto, a EA que se referem se restringe ao desenvolvimento de palestras e seminários, e, portanto, pouca ação. Isso remete ao pouco entendimento do que realmente seja um processo educativo de EA. Segundo Higuchi e Azevedo (2004), o processo deve envolver, sensibilização, informação, formação de competência no uso dos aparatos ecológicos e o compromisso e responsabilidade no uso e consumo consciente. Nesse sentido, há um claro distanciamento e conhecimento desse processo.

Uma pequena parcela dos líderes (17%) não considera oportuna. Para esses líderes que se posicionaram contrários, a inserção da EA nas atividades religiosas sobrecarregaria o conteúdo prioritário. Os líderes dizem que não seria exequível pela dificuldade de tempo, uma vez que a agenda atual é bastante carregada com os assuntos específicos de religião. Para estes líderes, está evidente que a EA seria algo secundário dentro das questões específicas da fé. Ainda, observa-se que a noção básica da EA como aspecto transversal não está compreendida, uma vez que para esses líderes, teria que haver atividades diferenciadas, distintas daquelas consideradas de agenda religiosa. Tal entendimento não é exclusivo desses líderes religiosos, mas muito presente inclusive entre professores (Gomes, Higuchi, 2020).

Tal resultado pode ser um indicativo da ausência do processo de EA na congregação. Embora 66% dos líderes tenham afirmado que já participaram de algum processo de EA fora da igreja, isso não os motivou para inserir nas atividades da igreja. Essa participação admitida pelos líderes soa como atividades pontuais tais como, mutirão de limpeza de igarapés, limpeza de terreno na comunidade, catação de lixo nas ruas e plantio de árvores. Constatou-se que 82% dos líderes dizem nunca terem desenvolvido atividades de EA no âmbito de seu grupo religioso. As atividades feitas foram alguma ação de coleta seletiva, diminuição de copos descartáveis, palestras e plantio de árvores.

Em relação a inserção da EA das comunidades eclesiais, a grande maioria (89%) dos líderes admite que não apenas a congregação seria beneficiada, mas toda a sociedade no sentido de preservar um ambiente equilibrado. Diante destes resultados, é válido retomar uma afirmação de Reigota (1991), que apesar de ter sido escrita há mais de décadas, é um aspecto muito atual. Em outras palavras, o autor afirma que é importante conhecer as percepções das pessoas sobre as questões ambientais, pois, só desta forma é possível ampliar um processo educativo transformador, conhecendo as representações do meio ambiente e programar um processo que tenha sentido para essas pessoas no seu contexto social.

A EA ainda é percebida de forma bastante simplória e superficial. Um programa de EA seria inicialmente a formação desses líderes para depois poderem atuar como protagonistas nessa temática. A transformação necessária para que os líderes possam ser mediadores nesse processo deve passar por uma formação profunda e concreta, que não fique apenas na sensibilização (palestras), mas que tenham real conhecimento dos problemas ambientais atuais nos seus mais diversos âmbitos, seja no consumo de água, energia, descarte de resíduos, proteção da fauna, proteção da biodiversidade e da natureza, da pobreza, das emergências climáticas e dos desastres ambientais que apesar de afetar a todos indistintamente, são os mais vulneráveis que estão em maior sofrimento.

Pautados nessa justiça ambiental pode-se afirmar que isso é profundamente religioso. Rangel e Oliveira (2020) citam a importância do papel da igreja como agente influenciador da sociedade, que pode ter a incumbência de sensibilizar, cuidar e transformar. Cabe as igrejas despertarem para um tema tão atual, importante e urgente de forma que seus membros e congregados se tornem agentes de transformação para a sustentabilidade ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter o segmento da religião como mediador de uma nova atitude nas questões ambientais é um compromisso urgente. No entanto, este estudo aponta sérias deficiências de entendimento de como isso possa ser realizado juntamente com as atividades de cultos religiosos. A Educação

Ambiental como processo transversal pode ser um modo ideal para tratar as questões ambientais como preceito religioso na mudança para uma vida melhor, para um ambiente mais acolhedor e dócil. Para isso acontecer, um processo de formação aos líderes se torna necessário, junto com a motivação de lidar com toda a urgência dos problemas que são constatados.

Os resultados deste estudo alertam que toda a atividade congregacional se motive para efetivamente considerar o meio ambiente como parte da criação divina, conectando com os dizeres da Bíblia, livro muito respeitado no âmbito da congregação, o qual é tido como orientador de conduta para sua vivência nesta terra. Nesse sentido, nos princípios da cristandade, há que se exercer um compromisso e ética diante da vida e todos os elementos que existem neste planeta.

Diante dos dados apresentados a AD no Amazonas se mostra a maior Igreja em quantidade de membros e templos assim como em meios de comunicação, haja vista que esse ministério denominado IEADAM só se concentra no Estado do Amazonas e não em todo o Território Nacional.

Dada a importância desta pesquisa e desta temática no meio evangélico pelos entrevistados, fomentou-se no meio da bancada política da IEADAM um Projeto de Lei que visa a coleta seletiva em cada templo da IEADAM em Manaus. Ação iniciada pela provocação da temática ainda no decorrer da pesquisa.

Dentro da IEADAM existe o IBADAM (Instituto Bíblico das Assembleias de Deus no Amazonas) cuja grade curricular aborda o cuidado com a casa comum e Cristianismo e Cidadania, disciplinas inseridas no 3º módulo da formação ministerial do Curso citado. Dentro dessa abordagem a IEADAM traz a doutrina que estuda os últimos acontecimentos relacionados entre Deus e os Homens (escatologia) tratando assim ideias para o futuro da humanidade.

Considera-se, diante deste resultado que a aquisição de conhecimento sobre essa realidade ambiental e o incentivo para um novo estilo de vida é um tema possível de desenvolver concomitante à atividade religiosa, mesmo que exista limitação de tempo para isso nas atividades semanais. Mas a urgência pede que isso seja priorizado. É importante a informação, a formação de competências e a responsabilidade de todos, mesmo que sejam

distintas de cada indivíduo, seja na igreja, na sua casa ou no seu trabalho. No entanto, para isso é necessário sensibilizar os fiéis, educar e estimular a mudança de atitudes e práticas diárias. Mesmo que as atividades de EA dentro das comunidades sejam mínimas, avançar nesse sentido colocará a congregação num diferente patamar. Não seria apenas ter palestras, cursos, seminários ou um espaço reservado na liturgia dos cultos para orientar e conscientizar sua comunidade. As práticas são necessárias para orientar os fiéis.

Surge, nesse sentido, a necessidade de inserir a EA como instrumento para lidar com a temática ambiental dentro da comunidade religiosa da IEADAM. Que a EA seja crítica e transformadora para fazer sentido à nossa humana vivência nesta casa comum. Já há uma sensibilização entre alguns líderes dessa necessidade, mas é importante que ela se amplie e se concretize numa atuação de responsabilidade que ela possui na sociedade em geral. É urgente essa mudança de atitude, e, pelo poder que a congregação possui com seus fiéis, o cuidado e atenção às nossas práticas deletérias devem ser parte dessa pregação religiosa.

Recomenda-se que, diante da comprovação da necessidade que atualmente os líderes eclesiais possuem, seja dado um ponto de partida para o crescimento intelectual e atitudinal diante da temática ambiental. Uma forma para isso se tornar realidade é criar parcerias com instituições de ensino, com poder público da área ambiental e organizações de ambientalistas para que essa transição seja feita com eficiência e eficácia. A promoção de debates abertos em suas comunidades sobre ações locais para o incentivo de boas práticas considerando as diferenças específicas de cada comunidade em seu cotidiano. Esse empreendimento facilitaria o desenvolvimento de atividades locais e a expansão da fraternidade entre seus vizinhos, além de desenvolver o respeito com o próximo de forma efetiva.

Ademais é preciso mencionar que o estudo teve algumas limitações, tanto no procedimento de coleta, como no alcance das informações aqui postas sobre as questões investigadas. Por ser um grupo diferenciado, alguns líderes eclesiais não permitiram a gravação da entrevista o que dificultou a anotação completa de todo o pensamento manifestado, uma vez que apenas o conteúdo central da resposta foi anotado para as análises. O fato da pesquisadora em campo pertencer ao grupo de pastores, pode também ter influenciado em algum momento, apesar de ter tido o cuidado necessário para neutralizar esse fato. Seria, portanto, oportuno ter estudos mais aprofundados não apenas para essa

congregação, mas outras também, tendo em vista que o segmento religioso pode exercer grande estímulo para o avanço de uma postura mais sustentável na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. A Natureza entre Oriente e Ocidente: uma leitura de Grande sertão: veredas e as perspectivas filosófico-culturais. In: Rios Eletrônica –Revista Científica da FA-SETE, v.7, n. 7, p. 7-27, dez. 2013. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/571/568>

ANDRADE, Francisca. M.R. Environmental Education in the Brazilian Amazon, in Pará State: the meanings of environmental governance. Asia Pacific Educ. Rev. 2023. <https://doi.org/10.1007/s12564-023-09841-5>

ASSIS, Daniela Roberta. S.; SOTERO, M.C.; PELIZZOLI, M.L. O Papel da Hermenêutica na Concepção da Percepção Ambiental, Revista de Geografia (UFPE), v. 30, n.2, p.17-31, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/22905>

BARBOSA JÚNIOR, Ademir. Candomblé: uma religião ecológica. São Paulo: Anubis, 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Ed. Revista e Ampliada, 2011.

BOFF, Leonardo. Ethos mundial: consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CARARO, Emanuel; CHIMELLO, Valéria, F.; PIOVEZANA, Leonel; LIMA-REZENDE, Cássia A.; SANTOS, Jorge, A.; Rezende, Renan, S. Educação ambiental no BRASIL: tendências e lacunas de 2015 a 2019. Research, Society and Development, v. 11, n. 4, e45211427598, 2022. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.27598>

CARVALHO, Isabel C.; FRIZZO, Thaís C. Environmental Education in Brazil. In: Peters, M. (eds) Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory. Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-287-532-7_316-1

CASE, Michael. Climate change impacts in the Amazon: A review, in WWF - World Wildlife: Climate Change Program. 2006. Disponível em: https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/amazon_cc_impacts_lit_review_5apr06.pdf

CASTILHO, Maria Augusta. O místico da fé católica em Campo Grande - devoções populares. In: CASTILHO, M. A. (Org.). O sagrado e o místico da fé católica no contexto da territorialidade urbana em Campo Grande – MS. Campo Grande, MS: UCDB, 2006.

FISCHER, Gustave. Psicologia Social do Ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FREITAS, Wladimir Passos. O compromisso das religiões com a proteção do meio ambiente. Nomos revista do programa de pós-graduação em direito da UFC. V.39.2, p.107-128 —jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/issue/view/859/302>

GIL, Antônio. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Orleyson C.; HIGUCHI, Maria Inês G. A Base Nacional Curricular Comum e a formação continuada de professores sobre a floresta amazônica: o que ainda temos que discutir? Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC), v. 6, e108420, 2020. <https://doi.org/10.31417/educitec.v6i.1084>

HELENE, Maria E.M.; BICUDO, Marcelo, B. Sociedades Sustentáveis. São Paulo: Scipione, 1994.

HENNING, Paula, C.; SILVA, G.R. Rastros da Educação Ambiental. O dissenso como potência criadora. In: HENNING, Paula, C.; MUTZ, Andresa,C.; VIEIRA, Virgínia T. (Orgs.) Educações Ambientais possíveis: eco de Michel Foucault para pensar o presente. Curitiba: Apris, 2018.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; AZEVEDO, Genoveva Chagas de. Educação como processo na construção da cidadania ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n. 0, p. 63-70, 2004. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/22784>

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto.; KÜHNEN, Ariane. Percepção e Representação Ambiental – Métodos e Técnicas de Investigação para a Educação Ambiental, pp 181- 215. In J.Q. PINHEIRO; GÜNTHER, H. (Orgs.), Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, v. 18, n.37, p.25–44, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>

JACOBI, Pedro. Educação e Meio Ambiente: um diálogo em ação. Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu-MG. 2003. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/27gt22 .

KÜNG, Hans. Projeto de ética mundial. São.Paulo:Paulinas,2001.

LEMOS, Sonia; HIGUCHI, Maria Inês G. Compromisso socioambiental e vulnerabilidade. Ambiente e sociedade. v.14, n.2, p. 123-138, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/w4cZMKWJtQVVqvBHhNvjX3G/?format=pdf&lang=pt>

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina. A.de A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMIM-GUEDES, Valdir. Pegada ecológica: consumo de recursos naturais e meio ambiente. Educação Ambiental em Ação, v. 38, n.77, 2011. <http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=1168>

LAMIM-GUEDES, Valdir. (Org.) O que eu faço quando digo que sou educador ou educadora ambiental? [livro eletrônico] / São Paulo: Na Raiz, 2020. 184f.: il.; 14,8 x 21 cm; pdf. ISBN 978-65-991479-3-7.

LIMA, Juliana C. F.; RUTKOWSKI, Emília W. Evolução das Abordagens Industriais Ambientais. In: International Workshop Advances in Cleaner Production, Key Elements for a Sustainable World: Energy, Water and Climate Change”, São Paulo, Brazil. 2009. p. 20-22.

MAÇANEIRO, Marcial. Religiões e sustentabilidade: conceitos, ênfases, ações. Perspectiva Teológica, v. 55, n. 2, p. 427–450, 2023. <https://doi.org/10.20911/21768757v55n2p427/2023>

MAÇANEIRO, Marcial. Religiões & Ecologia. São Paulo: Paulinas, 2011.

MURAD, Afonso T. Da ecologia à ecoteologia. Uma visão panorâmica. Revista Fronteiras, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 65-97, 2016. <https://doi.org/10.25247/2595-3788.2019.v2n1.p65-97>

PAPA FRANCISCO. Laudato Si–Louvado seja: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Editora Paulus, 2015.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. Brasiliense, São Paulo, Brasil, 1991. 63pp.

REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: a emergência de um campo científico. Perspectiva, v. 30, n. 2, p. 499-520, 2012. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n2p499> .

REIS, Fernanda T.; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Potencialidades educativas percebidas por professores no contato com a natureza em um parque urbano. In HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; ALBUQUERQUE, Dayse da Silva (Orgs.). Cronologias na relação pessoa-ambiente, p. 235-252. Curitiba: Editora CRV, 2022. 468p. ISBN Digital: 978-65-251-2790-3; ISBN Físico: 978-65-251-2793-4; <https://doi.org/10.24824/978652512793.4.235-252>

SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. Religião e Sustentabilidade: meio ambiente e qualidade de vida. Paralellus, v. 4, n. 8, p. 175-186, jan./jun. 2013. p. 176.

TEPEDINO, Ana Maria. Eclesiologia de comunhão; uma perspectiva. Atualidade Teológica, Rio de Janeiro, ano VI, n. 11 p. 160-179, 2002.

AGRADECIMENTOS

À FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas) pela bolsa recebida durante o processo de formação de mestrado da primeira autora. Ao CNPq (Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa produtividade em pesquisa à segunda autora.

ABSTRACT

This text seeks to problematize the perception of leaders of the assembly church of Manaus-AM regarding environmental issues and their insertion into religious activities. 29 ecclesiastical leaders (16 women and 13 men) from different communities in different evangelization groups in Manaus-AM were interviewed. The results show that 82% of leaders believe the church should seek solutions to environmental problems. Despite considering that environmental issues are not central to the Christian faith, 83% say it would be interesting to include environmental education in their religious activities. Environmental education, however, is understood in a generalist and superficial way as lectures and practices of behavioral etiquette. Most (93%) of leaders demonstrated interest in developing environmental education programs within the scope of congregational activities but expressed the need for training for this activity.

Keywords: Religion and the environment, environmental education, environmental responsibility. environmental problem.

Recebido em 21/01/2026

Aprovado para publicação em 17/03/2026